ELEIÇÕES&SETOR RURAL

Em nome do poder

Com a proximidade das eleições, a classe agrícola tem que se posicionar para construir poder político (e capital) suficiente para enfrentar os muitos desafios dos próximos quatro anos.

Mauro de Rezende Lopes

O movimento SOS Leite mostrou que quando uma grave crise ameaça o setor a resposta pode surpreender. Os produtores moveram uma campanha organizada contra as importações de leite, que ameaçaram gravemente o negócio. Se os produtores de trigo e algodão tivessem feito a mesma coisa, talvez não tivessem sofrido o que sofreram no passado recente, uma queda de mais de 50% nas áreas de cultivo. Concorrência é uma coisa, concorrência desleal é outra muito diferente. Disso entendem os produtores de leite.

Por que não aproveitar essa experiência e organizar a classe, em uma escala muito mais abrangente, para um desafio maior e imediato? As eleições estão se aproximando. Desta vez, a classe agrícola terá que se posicionar para ter poder (e capital) político suficiente para enfrentar muitos desafios nos próximos quatro anos. Esta é uma meta importante, pois faltou capital político para resolver grande parte dos problemas do passado: foi preciso que os problemas se agravassem muito para haver uma solução (foi o caso, por exemplo, da securitização). Com maior poder político a classe será mais atendida e respeitada. Essas eleições serão um teste da capacidade de o setor se organizar de forma competente para exercer poder político.

Além dos problemas do dia-a-dia, que requerem força política para serem solucionados, o próximo Congresso vai votar matérias importantes, como a nova legislação trabalhista, a legislação ambiental, a reforma tributária, a legislação acerca da utilização de recursos hídricos – e muitas leis mais. Ficou provado que a força parlamentar foi a que, em última instância, conseguiu sensibilizar a burocracia para os graves problemas que a pecuária de leite estava enfrentando.

O Congresso é a maior força emergente no quadro político nacional. A classe agrícola conseguiu vitórias à custa da intensa participação de deputados, que atuaram de forma brilhante. Se maior força tivessem, maiores seriam as vitórias. O próximo Congresso vai legislar sobre matérias que afetarão profundamente a vida dos agricultores. A agricultura tem uma agenda de temas que requerem a mobilização política permanente dos produtores. Há muito ela já teria que dispor de um bloco parlamentar fortalecido e apoiado com maior poder das bases, para cuidar da agenda de temas de maior importância para o setor.

Há duas perguntas importantes: qual é a estratégia política dos produtores para enfrentarem esse desafio das próximas eleições? Já há uma estratégia? Se não houver, a classe rural corre o risco de permanecer com muito pouco poder político para enfrentar os desafios dos próximos anos. Mesmo não havendo uma estratégia, haveria, por acaso, um conjunto de alianças táticas – com o setor do agribusiness, por exemplo – que garantisse uma vitória na representatividade política dos setores ligados à agricultura? A impressão colhida nos seminários, dos quais participamos e nos quais temos feito esta pergunta, é de que a resposta é não, para ambas. Cresce a cada dia a consciência de que a classe tem que participar, mas as ações não têm a intensidade necessária.



Em busca da representatividade

Os produtores, a exemplo de todos os setores da economia brasileira, terão que encontrar quem represente os seus interesses e os defendam – em número e poder de representatividade suficientes. Por que a classe agrícola, com a densidade de votos que tem, desperdiça votos? Pode-se dar o luxo de não formar um poder agrícola organizado? É possível discutir uma estratégia para a próxima campanha política? Como seriam os representantes ideais dos produtores?

Um voto político agrícola aguerrido deveria selecionar um grupo de candidatos que preenchesse um conjunto mínimo de requisitos básicos para representar o setor: a) serem inequivocamente identificados com os interesses da agricultura; b) terem um passado de realizações e atendimento aos pedidos de apoio nos momentos críticos às comunidades agrícolas locais e estaduais; c) representarem mais de uma região do estado; d) que se comprometam a atender quando solicitados na medida do apoio recebido na eleição. Esse seria o mínimo dos critérios de elegibilidade para representar os produtores.

Os produtores têm que saber o seguinte sobre os seus possíveis candidatos: a) quem nos atendeu quando chamamos?; b) quem se comprometeu conosco e não nos atendeu?; c) quem fugiu da raia?; d) quem nos ajudou mesmo? Como disse um líder agrícola, há uma diferença muito grande entre "eleger quem ajuda a gente e eleger gente da gente". Há comunidades agrícolas mobilizadas, mas a maior parte não se dá conta do desafio que se aproxima.

Os produtores teriam de, como todos os agricultores organizados da Europa e dos Estados Unidos, atuar em todas as frentes no âmbito parlamentar – vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores, sem exceções. Isso significa construir uma base parlamentar ampla, encadeada e suficientemente forte para formar um autêntico poder agrícola político nacional – que deve ser a meta das próximas eleições. Diluir o poder do voto agrícola será um desastre nas futuras eleições.

Há um cuidado muito importante: o voto agrícola tem que respeitar o princípio da diversidade partidária, para não concentrar o voto rural em um só partido (o perigo do sectarismo é muito grave). O compromisso do candidato deve ser, independentemente de partidos, com os produtores rurais. E esta é uma condição inarredável.

Os produtores rurais terão que demonstrar na prática a força do voto rural. Terão que mostrar que são um bloco politicamente organizado, como todos os demais setores da economia. Um poder agrícola politicamente organizado e capaz de eleger quem represente seus interesses.

Mas todo trabalho tem que começar nas bases, nos pequenos grupos de produtores, nas comunidades e nos municípios. No começo, realizando discussões: simplesmente tocar no problema e sentir a reação dos produtores na base. A mobilização dos produtores nos Estados Unidos e na Europa partiu de uma organização das bases, nas quais, além dos problemas comuns de tecnologia, por exemplo, discutia-se organização política. Em *A agricultura política: a história do poder agrícola organizado* (editado pela Embrapa), mostro que todo o poder político da agricultura vem das bases, das comunidades rurais. Esta, sim, tem que estar mobilizada, realizando alianças com outras comunidades, até construir a base do estado.

Há uma diferença muito grande entre "eleger quem ajuda a gente e eleger gente da gente". Há comunidades agrícolas mobilizadas, mas a maior parte não se dá conta do desafio que se aproxima.

Mobilização

Em termos da experiência do passado, os produtores têm toda uma herança que os condicionava a não se mobilizarem politicamente para defender seus interesses. Em primeiro lugar, historicamente, nunca foram educados para o exercício do poder político, ao contrário dos de outros países com uma agricultura do porte da agricultura brasileira, que sempre estiveram mobilizados politicamente. Simplesmente não foram treinados para exercer poder de pressão política. Estão aprendendo com as dificuldades atuais, mas faltam cursos técnicos para equiparar o treinamento profissional com o treinamento do exercício de poder político. O que sobra no primeiro, falta no segundo.

Em segundo, a agricultura brasileira só se mobilizou no passado recente quando havia uma grave crise ameaçando o setor rural. O exemplo mais importante foi a frente ampla da agropecuária brasileira, eficaz apenas enquanto durou. Depois dissolveu-se, infelizmente. Nunca houve mobilização permanente e manutenção de um estado de alerta. Os produtores não têm experiência de mobilização para a formação de poder político – um *luxo* que agora não dá mais para se ter.

Em terceiro lugar, o trabalho de discussão política é difícil. Há riscos naturais inerentes a esse tipo de ação. Podem-se perder mais votos (maior dissidência entre os produtores) e deixar de ganhar muitos votos (para uma frente de votação mais concentrada) se este assunto for conduzido de forma indevida. O receio dos riscos levou a que os dirigentes agrícolas adotassem uma atitude de excessiva cautela em um assunto tão importante quanto esse.

Finalmente, em quarto lugar, a agricultura brasileira é a única de grande porte no mundo que não tem nenhum jornal ou periódico informativo, de atualização e mobilização política. Fica muito difícil trabalhar sem informação. Na Europa e nos Estados Unidos havia muitos jornais deste tipo, que informavam os produtores de tudo o que se passava no *front* político. À menor convocação de mobilização os produtores dos países desenvolvidos reagiam com uma forte pressão sobre seus representantes. Isso não acontecia no Brasil, porque não havia um veículo de comunicação política direta dos dirigentes com a grande massa de produtores.

Em suma, os produtores brasileiros não sabem manter uma permanente ação de mobilização, pelo menos em escala nacional, nas bases, para o trabalho político, exceto quando há crises.

A conseqüência desse processo de letargia e entorpecimento do passado foi desastroso. Um estado que produz 30% do produto agrícola nacional tem 84 deputados e apenas dois trabalham permanentemente nos problemas agrícolas. Em um outro estado vizinho, de cerca de 37 deputados apenas um representa o estado na Comissão da

Agricultura da Câmara – isso em um estado com uma excelente classe de produtores, com grande capital humano. Pior, no Senado não há um grupo que discuta permanentemente os problemas agrícolas. Isso é muito diferente do senado nos Estados Unidos e no parlamento europeu, sem falar dos parlamentos nacionais na Europa.

Muitos produtores ainda não despertaram para o desafio de formar uma representação política e não têm experiência de ação política. Esse quadro teria que mudar na próxima eleição. Sem apoio político no Congresso, a agricultura não terá grandes chances.

Contraditoriamente, a agricultura lutou e conseguiu vitórias políticas surpreendentes, com experiências muito bem-sucedidas. Na Constituinte as cooperativas se mobilizaram e elegeram 47 deputados, selando o compromisso de que cada deputado traria para a luta da defesa dos interesses do cooperativismo mais quatro companheiros. O resultado foi a Frente Parlamentar Cooperativista, que reuniu nada menos que 217 deputados. Este bloco parlamentar conseguiu incluir seis artigos acerca do cooperativismo na Constituição, entre eles o da autogestão: o estado ficou proibido de tutelar as cooperativas.

Outros exemplos foram a votação dos artigos de reforma agrária, a Frente Ampla da Agropecuária, a Lei Agrícola, a securitização das dívidas rurais, a recomposição das dívidas da cafeicultura e a recomposição das dívidas dos produtores, com débitos maiores do que R$200 mil. Recentemente o movimento de mobilização política nacional salvou a pecuária leiteira de um virtual colapso: este foi o sucesso do SOS Leite.

Estes exemplos mostram que quando os produtores são mobilizados, eles sabem reagir à altura das necessidades. Entretanto, só nas sociedades rurais do século passado é que as mobilizações se processavam de forma a atender crises esporádicas, espasmódicas (os conhecidos movimentos), sem uma mobilização permanente dos produtores em torno de organizações (inclusive e principalmente políticas). Há uma diferença na história entre movimentos e organizações. Os movimentos surgem, cumprem seus objetivos, mas sofrem de elevado grau de *mortalidade infantil*. Só as organizações agrícolas conseguem sobreviver.

Lutando contra o tempo

Hoje temos a convicção de que a agricultura tem que parar com o processo do passado, de pedir uma política agrícola. Deve desenhar a política que convenha a seus interesses, discutindo-a de forma competente com os formadores de opinião na mídia e, em seguida, conseguindo o apoio da sociedade. Com a sociedade contra, os preconceitos de alguns membros da imprensa e da burocracia, a agricultura não tem o apoio político de que tanto necessita. Lembrando o dito popular: "Pior do que o governo dos maus é o silêncio dos bons."

Muitos produtores ainda não despertaram para o desafio de formar uma representação política e não têm experiência de ação política. Esse quadro terá que mudar na próxima eleição.

O setor agrícola tem a política agrícola que merece. Nada será dado aos produtores: eles é que têm que dialogar com a sociedade e propor uma política que beneficie a todos. Os produtores têm, no Brasil, que aprender a ciência da política na agricultura ou a agricultura política.

O tempo conspira contra todos. Em termos muito práticos, o trabalho tem que ser feito rapidamente; há pouco tempo para avançar nessa difícil caminhada. Nesse sentido, vale a pergunta: há um plano rápido e prático que possa ser seguido?

A primeira tarefa, nesse plano, é identificar nomes de candidatos com potencial de representar o setor rural – buscar informações sobre os prováveis candidatos. A segunda é ter uma lista de deputados identificados com o setor rural, mas cuidadosamente selecionados. Basta uma lista dessa natureza para se iniciar um debate muito *quente* sobre a questão. Esse seria um fato tão novo, que a mídia se incumbiria de acompanhar de perto a sua evolução. E todo o processo se iniciaria simplesmente com o aparecimento da tal lista que, sozinha, teria um poder de fogo muito forte.

A terceira tarefa é identificar os potenciais candidatos – agora já discutidos e para valer – para todas as esferas incluindo a Câmara e o Senado. A quarta seria uma plataforma ou conjunto de reivindicações para discutir com os candidatos diretamente. A quinta tarefa é conversar com os candidatos; atraí-los para um debate aberto, rompendo com a tradição do passado das discussões dos candidatos em pequenos grupos, quando garimpam votos. Ao invés de os candidatos irem até os produtores, os produtores irão procurá-los, um grupo selecionado de nomes que a agricultura da comunidade se comprometeria a apoiar. Isso já é uma verdadeira revolução no meio rural brasileiro.

É preciso não esquecer que o pior problema do setor rural, na ação política e nos movimentos reivindicatórios, é o nosso conhecido *carona*. Ou seja, o produtor rural que se beneficia da ação de todos e para ela não contribui. Essa é a verdadeira praga da agricultura. Há que se romper com os maus hábitos do passado. Todos têm que ser cobrados na participação política. É preciso ter coragem de enfrentar os demais produtores omissos. Sem correr riscos não se consegue lá muita coisa. É preciso resgatar a dívida política da agricultura.

O setor terá que forçar uma diretriz inarredável: só apoiar politicamente os candidatos que têm tradição e potencial para defender os interesses dos produtores. É possível haver um voto rural consciente? Ou os produtores vão se refugiar na mesma pacificidade de sempre? Podem ter iniciativas? O setor rural tem líderes comunitários. Só não estão mobilizados politicamente porque não foram treinados para esse tipo de ação. O líder de uma comunidade pode mobilizar muito a classe. Um presidente de sindicato pode muito. O que não falta aos brasileiros é criatividade e imaginação. Basta a força da idéia e os produtores poderão, se devidamente liderados, recuperar o tempo perdido no passado. Basta a força da idéia: a imaginação se incumbe de encontrar os caminhos da ação.

Vamos apenas repetir um ponto crucial: os agricultores têm a política agrícola que merecem, por mais duro que isso possa parecer. Assim é a tradição das políticas agrícolas dos produtores dos países desenvolvidos.

E-mail: mrlopes@fgv.br